ANEXO

MODELO DE AUTODECLARAÇÃO BENEFÍCIO TARIFÁRIO – ATIVIDADE DE IRRIGAÇÃO E DE AQUICULTURA

				(nome	comple	to sem	abreviações),
	(CPF/CNPJ),	com ende	reço em				, no
Município de consumidora de númer		c	om telefone	fixo ()		$_$ e celular ($\hspace{0.1cm}$)
	_, endereço de	email _				tit	ular da unidade
consumidora de númer	0	da ár	ea de atendir	mento da	distribuido	ra	
(nome da distribuidora)							
no Município de							
d	مام عام المناه				·~	/	
declaro e atesto que a na unidade consumidor.	atividade de		200 roquisita	(ırrıgaçao e/	ou aquicuiti	ura) desenvolvida
ou municipal específica			•		_	•	•
ou municipal especifica	relativas ao licen	ciamento	ambientai e	a Outorga	uo un ento d	ie uso de rec	ursus muricus.
Declaro também que:							
a) é de meu conhecime	nto que o benefí	cio tarifári	o das atividad	des de irrig	gação e de a	aquicultura é	é um instrumento
da Política Nacional de I	rrigação, conforr	ne inciso '	VII do art. 5º o	da Lei nº 1	2.787, de 1	.1 de janeiro	de 2013;
	_						
b) recebi da distribuio							
necessárias para a perfe	•		• •	e habilitar	n a recebe	r provisorian	nente o beneficio
tarifário na unidade con	sumidora sob mi	nna respo	insabilidade;				
d) até a próxima revisã	ăn cadastral nre	vista nar:	a ocorrer em	3 (três) :	anos devo	anresentar	à distribuidora a
comprovação da existên	-	-					
exigido em legislação fe				_			
e) tenho ciência que em	ı caso de não apr	esentação	da documer	ntação de	que trata o	item anterio	or, a distribuidora
local providenciará o	cancelamento	do benef	ício tarifário	aplicado	à unidad	de consumi	dora sob minha
responsabilidade e efe	tuará a cobranç	a dos de	scontos con	cedidos in	devidamer	nte durante	todo o período,
conforme art. 324 da Re	solução Normat	va nº <u>1.00</u>	<u>00/2021</u> , sem	a limitaçã	o dos 36 ci	clos; e	
Declaro sob as penas p	_		· ·		adas nesta	declaração	são verdadeiras,
estando ciente das pen	alidades do Art.	299 do Có	digo Penal B	rasileiro.			
			,	de	de	·	
	(local)			(data)			
	Assinat	ura do tit	ular da unid	ade consi	ımidora		

Art. 299 do Código Penal: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.